

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2024

ASSUNTO: Termo Circunstanciado de Anulação da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 34/2024.

A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório, Sr. Prefeito Municipal, no exercício de suas atribuições legais, com respaldo legal no **artigo 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21** e ulteriores alterações, determina a **ANULAÇÃO** da licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2024**, do Tipo "Menor Preço por Lote", no qual objetivou, resumidamente, o Registro de Preço para futura, eventual aquisição de extintores de incêndio, recarga, testes hidrostáticos, placas de identificação e acessórios, de acordo com as especificações e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento para atendimento dos Departamentos da Prefeitura Municipal.

Neste sentido, a Administração não pode se desvencilhar dos princípios que regem a sua atuação, principalmente no campo das contratações públicas, onde se deve buscar sempre a satisfação do interesse coletivo, obedecendo os princípios previstos no art. 37 da CF e no art. 5 da Lei de Licitações, **prudente se afigura a anulação deste certame**, haja vista, após a r. decisão proferida pelo Pregoeiro na sessão pública de processamento da licitação em referência, na qual foi declarada classificada em primeiro lugar após na fase de lances, a empresa **MARCIO ANDRE FIORIN ME**, nos lotes objetos do certame, manifestou-se os representantes presentes das empresas: **EHS WORK TERCEIRIZACAO E SERVICOS EM SEGURANCA NO TRABALHO LTDA** e **STRAND PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA** suas intenções de apresentarem recursos, as quais dentro do prazo estabelecido apresentaram suas razões recursais, devidamente anexados junto a plataforma de pregão eletrônico BBMNET. Por outro lado, as demais empresas licitantes regularmente intimadas, não se manifestaram.

Neste sentido, devo inicialmente salientar que esta Administração Pública, nunca realizou tratamento desigual entre licitantes, tão pouco, buscou privilegiar empresas sediadas neste município nos procedimentos licitatórios, pois essas atitudes não se coadunam com os preceitos legais vigentes, sequer, com a ética e transparência que nosso agente público demonstra nos processos realizados em nossa prefeitura, assim, situações sistêmicas devem ser tratadas sistemicamente e nossa atuação não deve ser atacada sem a devida comprovação.

Refletindo sobre as fundamentações apresentadas pelas recorrentes, entendo claramente que o Edital não apresentou de forma clara e objetiva as regras com relação à apresentação dos documentos de habilitação, pois as empresas recorrentes apresentam teorias diferentes sobre a forma e o tempo o qual o licitante vencedor da etapa de lances deveria inserir seus documentos, ficando assim prejudicado uma decisão quanto ao tempo correto de apresentação dos referidos documentos.

Com relação a inexequibilidade dos valores apresentados, entendo que o presente edital, igualmente falhou ao não determinar expressamente sobre a forma e o momento de apresentação de documentos, para a devida realização de diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Por fim, analisando o andamento do certame, contatou-se que edital não exigiu as marcas dos produtos ofertados, ficando frustrado a conferência da especificação dos produtos exigidos no certame, tanto pela administração quanto pelos concorrentes participantes no certame.

Desta forma, a Administração Municipal, ampara-se também, nos termos da Súmula 473 do STF, que assim manifesta: *"A Administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"*.

Face ao exposto, ordeno a publicação dessa **anulação** na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial: www.bebedouro.sp.gov.br, para a devida ciência dos interessados, concedendo a partir da data da publicação do extrato desta decisão, prazo legal de 3 (três) dias úteis para interposição de recursos, nos termos e em cumprimento ao disposto no artigo 165, inciso I, letra "d", da Lei Federal nº 14.133/21 e ulteriores alterações.

Por fim, em atendimento ao parágrafo 5º, do artigo 165, da Lei Federal nº 14.133/21 e ulteriores alterações, coloque-se os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Bebedouro/SP., 02 de agosto de 2024.

LUCAS GIBIN SEREN
PREFEITO MUNICIPAL